

CEDI - P. I. B.
DATA 02, 09 / 86
COD 00044

Cuiabá, 24 de julho de 1986.

DENÚNCIA E ADVERTÊNCIA ÀS AUTORIDADES,

EM NOME DOS POVOS INDÍGENAS DAS DIOCESES DE DIAMANTINO E SINOP

Nós, bispos, sacerdotes, religiosas e leigos comprometidos com os povos indígenas das dioceses de Diamantino e Sinop, reunidos em assembléia, em Cuiabá, de 21 a 24/07/1986, após refletirmos sobre a situação em que eles se encontram, nos sentimos obrigados, em consciência, a denunciar tal situação e alertar as autoridades sobre as graves conseqüências que podem resultar desse estado de coisas.

Em primeiro lugar, julgamos oportunas e acertadas as declarações do chefe da FUNAI em Vilhena, Aymoré A. Cunha, nas quais responsabiliza a FUNAI pelos acontecimentos que culminaram com a morte de uma família na terra dos índios Enawenê-Nawê, dada a morosidade do órgão em delimitar e demarcar essa área.

Hámos os missionários que trabalham com os Enawenê-Nawê, em contínuas viagens a Cuiabá e Brasília, tentam, em vão, conseguir das autoridades a demarcação das terras dos referidos indígenas.

A indefinição e morosidade do órgão já causaram, há pouco mais de um ano, a morte de outras duas pessoas, na mesma área.

Tememos que casos como estes possam surgir em outras áreas como dos Kayabi, Rikbaktsa, etc.

As terras dos Rikbaktsa - Japuira - foram reconhecidas, oficialmente, por decreto do Presidente da República, no dia ... 28/11/1985, como área de posse e uso exclusivo dos índios, no teor do artigo 198 da Constituição Federal e da lei 6001 - o Estatuto do índio - mas esse decreto foi embargado por um mandato de segurança do Supremo Tribunal Federal. Tal mandato não tem apoio legal, segundo o parecer da Procuradoria Geral da República e da Assessoria Jurídica do Ministério do Interior.

Nossa preocupação pelo que poderá acontecer se funda no fato de que enquanto as autoridades se omitem, os pretensos donos da área indígena estão depredando-a.

Esses mesmos índios, há menos de um ano, foram vítimas da ação de quarenta elementos da Polícia Militar mais Polícia Civil, jagunços e fazendeiros que usaram de toda violência contra eles, inclusive mulheres e crianças, roubando-lhes armas, arcos, flechas, redes e outros pertences.

Tal violência contra os índios, usando da força militar, era rara até na Velha República.

Sentimos que a paciência dos índios está chegando ao limite e algo poderá acontecer, não obstante a moderação aconselhada pelos que trabalham com eles.

Na mesma ocasião, os militares usaram de violência contra o missionário que, fortuitamente, chegava à área Japuira. Foi preso, algemado e levado à noite, nessa situação, por um rio correto, com evidente risco de vida.

O mesmo missionário, há menos de um mês, sofreu novas violências por parte dos mesmos militares que atuaram na área Japui ra. E tudo isto está impune até o momento.

Mais ainda. O funcionário da FUNAI Célio Horts, que desencana deu esta operação militar contra os índios e cuja culpabilidade ficou amplamente comprovada por sindicância feita pela FUNAI, não só não foi punido, mas promovido. A atuação deste funcionário contou com todo apoio do Ministério do Interior e de Apoená Meireles, presidente demitido da FUNAI.

Há ainda outro tipo de violência mais sofisticada e com efeitos mais deletérios, qual seja a utilização de grandes somas de dinheiro para cooptar as lideranças indígenas, dividir os grupos, dismantelar sua organização social, destruir seu sistema econômico com grande risco para a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas.

A utilização de grandes somas de recursos econômicos aplicados, indiscriminadamente, nas áreas indígenas é a mais sutil forma de violência, capaz de levar todo um povo à morte. É um genocídio, portanto.

Nós nos perguntamos por que o órgão oficial, ao contrário de desrespeitar a presença dos missionários, que há anos trabalham com os índios Rikbaktsa, Kayabi, Apiaká, Enawenê-Nawê, Mýky, Irantxe, etc, não se abre a um diálogo para se informar sobre o que é melhor para cada grupo indígena? Ao invés de dialogar, o que notamos é a FUNAI intervindo nos grupos, dividindo-os, lançando os índios uns contra os outros e, em alguns casos, contra os próprios missionários.

Perguntamos, outrossim, por que não utilizar recursos do Polonoeste para a demarcação das áreas indígenas, como garantia de sua sobrevivência e ao mesmo tempo evitar a perda da vida daqueles que, por inadvertência ou pela falta da demarcação dessas áreas, entram nas terras dos índios?

É preciso dizer também, a bem da verdade, que os recursos do Polonoeste são utilizados sem prestação de conta aos destinatários desses mesmos recursos - os índios.

Esperamos que esta nossa denúncia e advertência não sejam em vão, como inúmeros contatos que há anos mantemos com as autoridades para a demarcação das áreas indígenas, mas encontrem acolhimento por parte dessas mesmas autoridades, cuja omissão e morosidade já as tornaram responsáveis pela perda de inúmeras vidas humanas.

Sugerimos, por fim, às autoridades, que o valor da madeira retirada da área dos índios Enawenê-Nawê e em parte apreendida seja aplicado na demarcação das suas terras.

Estas são nossas preocupações mais urgentes, no momento. Outros pontos, também importantes e urgentes, esperamos tratá-los pessoalmente com as autoridades.

- + Sr. Francisco Tim. H. / Sr. José de S. S. S.
- + Sr. Agostinho Kist, bispo de Braucaetius
- P. Martinho Feijó, p. Provincial dos Jesuítas
- ... Sr. Balistese Vice Provincial das Indígenas da F.C.
- Rosa Maria Monteiro - Coordenadora Técnica da Apem
- Electivo C. morosa - Coordenador de C. M. - M.
- Elizabeth Huey Ronda - Anacoreta
- P. José Walthay Orth p. Superior dos Jesuítas
- Balduíno Lobeus - Coordenador de Pastoral Indigenista
- Antônio José J. vice " " " "
- Luiza Maria Gai - Indigenista - RIKBARTSA
- João Evangelista Dornstaecker SJ - KAIABI
- Claudio de Jesus
- Waldemar Bôma
- Thomás Aquino Lisboa - MYKY -
- Carlos J. ...
- José Alves Fernandes
- Fausto Campê - RIKBARTSA
- ... Enawê - nawê
- Adalberto S. J. Ver...